



RELISE

GOVERNANÇA DA ÁGUA: GÊNERO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL¹

WATER GOVERNANCE: GENDER AND SOCIAL PARTICIPATION

Alexsandra Matilde Resende Rosa²

Vera Lúcia de Miranda Guarda³

Kerley dos Santos Alves⁴

RESUMO

Na atualidade há uma reivindicação pela participação das mulheres nos processos de tomada de decisões da sociedade. Elas vêm batalhando para conquistar esses espaços, porém enfrentam resistências no âmbito familiar, cultural, social e institucional, por serem locais historicamente ocupados por homens. Nas instâncias colegiadas do sistema de gestão de recursos hídricos, também, são observadas essa desigualdade de gêneros, sendo necessárias ações que incentivem às mulheres na participação em discussões relacionadas à água, e nas diferentes escalas dos sistemas decisórios. Essa pesquisa avaliou a presença de mulheres nos cargos dos comitês de bacias hidrográficas do Brasil (CBH), na Agência Nacional das Águas (ANA) e nos Órgãos Gestores Estaduais. Para atingir esse objetivo, inicialmente, foi realizada a revisão de literatura. Os textos foram retirados das bases de dados Scielo, Google acadêmico, Pubmed, livros e legislações nacionais. Após, foram levantadas informações e estatísticas em sites, relatórios e publicações dos comitês de bacias hidrográficas do Brasil (CBH), Agência Nacional das Águas (ANA) e Órgãos Gestores Estaduais referentes à composição destes de acordo com o gênero. Esses dados foram analisados de acordo com a literatura. Conclui-se que vem aumentando a participação das mulheres nas instâncias colegiadas do sistema de gestão de recursos hídricos, porém nos altos cargos decisórios essa presença ainda é reduzida, tornando necessária medidas que incentivem a presença de mulheres nesses cargos.

¹ Recebido em 16/04/2022. Aprovado em 29/05/2022. DOI: doi.org/10.5281/zenodo.7705240

² Universidade Federal de Minas Gerais. alexsandraresende2011@gmail.com

³ Universidade Federal de Minas Gerais. veraguarda@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Ouro Preto. kerleysantos@yahoo.com.br



RELISE

67

Palavras chaves: gênero, instâncias colegiadas do sistema de gestão de recursos hídricos, mulheres, participação.

ABSTRACT

Today there is a demand for women's participation in society's decision-making processes. They have been struggling to conquer these spaces, but face resistance at the family, cultural, social and institutional levels, as they are places historically occupied by men. In the collegiate bodies of the water resources management system, this gender inequality is also observed, requiring actions that encourage women to participate in water-related discussions, and at the different scales of decision-making systems. This survey evaluated the presence of women in the roles of the Brazilian River Basin Committees (CBH), the National Water Agency (ANA) and the State Governing Bodies. To achieve this goal, a literature review was initially performed. The texts were taken from the databases Scielo, Google Scholar, Pubmed, books and national legislations. Afterwards, information and statistics were collected from websites, reports and publications of the river basin committees of Brazil (CBH), National Water Agency (ANA) and State Managers regarding their composition according to gender. These data were analyzed according to the literature. It is concluded that the participation of women in the collegiate bodies of the water resources management system has been increasing, but in the high decision-making positions this presence is still reduced, making necessary measures to encourage the presence of women in these positions.

Keywords: gender, collegiate instances of the water resources management system, women, participation.

INTRODUÇÃO

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve mudanças no âmbito social, especialmente, em relação à criação de espaços para a participação da população nas decisões públicas. A população passou a ter a oportunidade de exercer o controle em várias dimensões sociais, e uma delas é a ambiental, podendo a comunidade influenciar e contribuir na formulação das políticas públicas, preconizando a garantia constitucional da Soberania Popular e do Estado Democrático de Direito (CORREIA, 2006).



RELISE

68

A Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, seguindo os preceitos constitucionais instaurou a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) que adota um modelo de gestão pública das águas descentralizado, participativo e integrado (BRASIL, 1997). Assim, todos os atores envolvidos com a utilização dos recursos hídricos devem ser incluídos no processo de tomada de decisão.

A participação popular visa possibilitar a superação da exclusão (econômica, política e social) e a ampliação da cidadania. Está vinculada à ideia do compartilhamento do poder, que nem sempre atende de forma justa às diversidades culturais, sociais e étnicas (ROSENFELD, 2003). De acordo com Ammann (1978), uma sociedade seria participativa quando todos os cidadãos de forma equitativa tivessem parte na produção, usufruto e gerenciamento dos bens e serviços gerados por ela.

Muitos autores consideram que as mulheres pouco participam dos processos decisórios sobre os recursos hídricos. De acordo com Brewster *et al.* (2006), as mulheres desempenham um papel central como usuárias da água, porém, sua atuação na gestão pública é pequena. Elas não são consideradas participantes ativos na elaboração de programas relacionados à gestão da água (MELO, 2005). Conforme Soares (2009), observa-se a presença de mulheres nos posicionamentos sobre o assunto, mas em relação aos processos decisórios essa presença é reduzida.

Fischer (2008) afirma que a cultura de participação masculina; a existência de relações de poder; e a forma de divisão dos papéis sociais tornam os homens mais capazes de acessar e exigir seus direitos à água. Historicamente, a cidadania feminina foi definida por padrões masculinos. Por muito tempo elas estiveram confinadas em seus domicílios, ficando desfavorecidas na concorrência por espaços públicos (FISCHER, 2008).



RELISE

Atualmente, o relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2018, fornecido pela ANA, divulgou que o principal uso de água no país, em termos de quantidade utilizada, é a irrigação (52%), seguido do abastecimento humano (23,8%) e da indústria (9,1%). As mulheres têm um papel efetivo na agricultura e são consideradas as principais usuárias da água em âmbito doméstico. Assim, possuem um importante papel para a garantia de um uso mais sustentável da água, devendo ser incluídas nos processos decisórios (ANA, 2018).

Vários autores (GARCIA, 2007; NARCISO *et al* 2010; STEVENSON *et al.*, 2012; CASTRO & SALOMÃO, 2018) afirmam que as mulheres são mais prejudicadas pela má gestão e escassez da água, devido aos papéis sociais que assumem por atividades que lhes são atribuídas por razão do seu gênero. Em relação aos papéis sociais, tradicionalmente, os homens foram responsáveis pelo sustento financeiro das famílias e as mulheres receberam o papel materno, de cuidado com o lar.

Atualmente, os centros de decisões em geral, ainda, são reservados aos homens. As mulheres são minoria em todas as instâncias do poder político, o que dificulta sua participação nos processos decisórios. Esse estudo visa analisar a composição por gênero nos principais órgãos e conselhos brasileiros responsáveis pela gestão da água, com o objetivo de avaliar a participação da mulher na gestão pública da água.

REVISÃO DE LITERATURA

Na gestão pública da água a participação da mulher é baixa. Nessa etapa do trabalho foram analisados estudos que relataram a composição dos comitês e órgãos gestores de acordo com o gênero. Em apenas um, os pesquisadores encontraram uma participação equilibrada entre mulheres e



RELISE

homens (estudo realizado nos comitês de bacia de Guandu, Lagos, São João e Guapi-Macacu) (AGUIRRE *et al.* 2013). Madruga e Silva (2009) relatam que no comitê de gerenciamento da bacia hidrográfica do rio Santa Maria 78,1% dos integrantes eram pertencentes ao gênero masculino na época da sua pesquisa. De acordo com Abers (2010), ao estudar 14 comitês, câmaras técnicas e quatro consórcios intermunicipais de bacia do Brasil (comitês de bacia, consórcios e câmaras técnicas do CE, PE, MG, SP, SC, RS, BA, RJ, PR) verificou que as mulheres são minoria nesses organismos de bacia, compondo em média 20% dos membros.

Em 2014, Senra relatou uma predominância masculina na composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que era constituído por 72% de homens (SENRA, 2014). Meier e Basso (2015) ao estudar o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do rio Taquari-antas verificaram que entre os representantes dos comitês, 74% são homens e, que os homens ainda ocupam 80% quanto à ocupação das vagas de titularidade. Gonçalves (2016) verificou que em dois comitês, a nível federal, e dez a nível estadual na Bahia, 60% dos participantes são do sexo masculino.

Fischer (2017) ao estudar os comitês da bacia do Rio São Francisco que banha as regiões nordeste e centro oeste do Brasil concluiu que as mulheres não ultrapassam na maioria dos comitês a cifra de 28% e que nos pequenos consórcios de usuários da água raramente as mulheres ocupam posição de representação. Dictoro e Hanai (2017) estudaram o CBH Paraíba do Sul, CBH Paranapanema, CBH Piancó-Piranha-Açú, CBH Verde Grande e CBH Paranaíba e relataram que em todos os comitês participantes a representação foi maior ou igual a 60% de integrantes do gênero masculino. Fortuna e Grigori (2018) informaram que na própria Agência Nacional das



RELISE

Águas (ANA), dos cinco diretores, apenas um é mulher, e esta foi a primeira a ser indicada para o cargo.

Apesar da menor participação na gestão pública, a mulher lida com a água diariamente, ao longo de gerações, e possui conhecimentos importantes quanto ao uso e gestão dos recursos hídricos. Assim, é preciso ampliar o nível de sua participação para além dos domicílios e das comunidades, para que elas tenham um espaço, também, para expor as suas necessidades e reivindicações.

Melo (2005) cita os casos da mulher agricultora, que possui uma íntima ligação com a água, sendo responsável pelo cuidado com essa para o consumo da família, agropecuária e trato de animais de pequeno porte. De acordo com Garcia (2007), a escassez de água, sobretudo no meio rural, impacta mais as mulheres e as meninas, considerando que na maior parte das culturas, a divisão sexual do trabalho confere-lhes as tarefas de buscar, carregar, manipular e armazenar a água. Conforme Stevenson *et al.* (2012), a mulher é quem controla o uso da água nas casas, para beber, na preparação de alimentos e na higiene pessoal da família. Para Razzolini e Günther (2008), o transporte manual de água pode ser associado ao gênero, pois a responsabilidade pelo provimento de água no domicílio é considerada atribuição feminina, compartilhada com as crianças e idosos. Essa atividade é recorrente nas mais variadas culturas, seja em regiões africanas onde as mulheres gastam até mais de cinco horas por dia na busca de água para consumo, ou em comunidades rurais indianas, aonde chegam a disputar o líquido com animais (SOARES, 2009). Essa realidade, também, pode ser observada no Brasil em regiões semiáridas do Nordeste e demais regiões (HORA *et al.*, 2012).



RELISE

Malvezzi *et al* (2010) contam que ao realizar uma pesquisa no sertão brasileiro ficaram chocados ao ver multidões pelas estradas, basicamente mulheres e crianças, carregando uma lata de “lama” na cabeça para saciar a sede dos membros da família. Estudos de Orrico (2003) relatam que nas comunidades do semi-árido baiano (Vila Cardoso, Lajinha, Jacunã, Piaus, Taquari e Gameleira), o tempo médio gasto por mulheres para a obtenção de água era de 1,3 horas, com o máximo de 2 horas e o mínimo de 42 minutos, por dia.

A caminhada das mulheres em busca da água, também é reflexão nos estudos de Campos (2011), que revelam que elas chegam a andar de 20 a 30 km, diariamente, para ter acesso ao recurso. Suas observações mostram que onde há escassez são as mulheres que desempenham o papel de abastecimento doméstico, proteção e gestão da água. Esse fato é confirmado por Sales (2007), quando afirma que no semiárido, é possível observar muitas meninas entre oito e doze anos carregando água, alimentando animais e cuidando da casa e dos irmãos. Alguns anos depois, trabalhos de Silva (2017) afirmam que ainda hoje, nonordeste brasileiro, na época de seca, as mulheres percorrem grandes distâncias para ter acesso ao recurso, carregando até 18 litros de água em baldes na cabeça, ou então, gastam tempo enfrentando filas para conseguir água no caminhão pipa.

Vários outros estudos confirmam que as mulheres utilizam muito tempo com o transporte de água, reduzindo o tempo que poderia ser utilizado em atividades geradoras de renda, no cuidado da saúde dos filhos e em atividades educacionais (SOARES, 2009; BARBOSA, 2013; BROWN *et al.*, 2016; CORDEIRO, 2016). Além do tempo que gastam andando para buscar a água, ainda precisam despender horas em filas para ter acesso ao recurso. Acordar cedo para buscar água diminui as horas de sono e descanso de muitas



RELISE

mulheres, que não são compensadas durante o dia, devido às diversas atribuições que possuem (SOARES, 2009).

As mulheres e as crianças sacrificam seu tempo e seu acesso à educação para cumprir essa tarefa (BARBOSA, 2013). A pesada carga diária para a obtenção de água afeta o bem-estar e faz com que muitas meninas não possam frequentar a escola. A UNICEF (1998) já havia divulgado dados em que informa que, na época, 50 milhões de meninas estavam fora da escola, ocupadas na coleta de água e lenha (GARCIA, 2007).

A falta de água modifica a rotina das mulheres, pois elas precisam dedicar muito tempo para buscar o recurso, comprometendo todas as suas atividades e afetando sua dieta, rotina de trabalho e renda, (RIBEIRO *et al* 2016). Há casos em que elas gastam mais de uma hora por dia nessa atividade, tempo que poderiam estar realizando outras atividades seja escolares, geradoras de renda, cuidando da saúde, etc. (BROWN *et al.*, 2016).

Muitas vezes no semiárido, é comum a migração sazonal dos homens em época de seca. Devido a essa migração masculina, muitas sertanejas passam a se tornar chefe das famílias. Quando assumem a chefia das famílias possibilitam que os maridos viajem durante grandes estiagens. Muitas vezes, essas mulheres ficam conhecidas como “viúvas da seca”, pois, algumas vezes, seus maridos formam outra família e não voltam (BRANCO, 2000; GALINDO, 2008). Assim, isso faz com que as mulheres possam ser consideradas relevantes ao lidarem com a seca, já que, em geral, não migram em busca de um emprego remunerado (MELO, 2005). No sertão, as mulheres mesmo não sendo consideradas como provedoras da família assumem um papel importante na ajuda financeira de suas casas. Nessa região são as mulheres que mais percebem os problemas da escassez hídrica.



RELISE

As mulheres sentem mais dificuldades também quando falta saneamento adequado. A falta de privacidade resulta em grande stress psicossocial (WUTICH, 2009; STEVENSON *et al.*, 2012; HIRVE *et al.*, 2015; HULLAND *et al.*, 2015). O fato de não ter banheiro em casa e a necessidade de fazer suas necessidades fora do domicílio pode gerar medo, insegurança, desconforto e vergonha, além de outros problemas de saúde, como infecção urinária, por segurar a necessidade e desidratação por limitar a quantidade de água ingerida.

A água de má qualidade, também, aumenta a sobrecarga das mulheres, que geralmente, são as responsáveis por cuidar dos doentes, cuja moléstia advém da ingestão de águas contaminadas e relacionadas à escassez. (LISBOA & MANFRINI, 2005). Stevenson *et al.* (2012) ressaltaram que um dos fatores que causam estresse nas mulheres nas áreas rurais são experiências, quando são obrigadas a economizar água para as atividades domésticas.

Esses dados ilustram que a escassez hídrica leva as mulheres a apresentar vários problemas de saúde. Elas realizam o transporte de recipientes de água na cabeça, o que se inicia, geralmente, na infância, quando a ossatura das meninas não está devidamente formada, causando graves problemas de coluna (RAZZOLINI & GÜNTHER, 2008). Conforme a ONUBR (2016), mesmo quando a água é captada de uma fonte segura, o transporte e o armazenamento aumenta consideravelmente o risco de contaminação dela, o que pode levar ao agravo da saúde, com diarreias com consequente desidratação de crianças e idosos, colaborando para o aumento do número de óbitos. Um pouco antes, Orrico (2003) relatou que, durante o seu estudo 95,9% das mulheres, queixaram-se de dores nas costas seguidas de



RELISE

outros agravos, como diarreias (70,9%), dores de barriga (44,9%) e doenças de pele (22,1%).

Além de tudo, as mulheres se tornam vulneráveis à violência e aos abusos sexuais, que podem acontecer durante o percurso para a coleta de água (BROWN *et al.*, 2016). Assim, pode se concluir que em situações de escassez hídrica em ambiente doméstico as mulheres estão sendo mais afetadas. Castro e Salomão (2018) concordam e afirmam que a falta de acesso à água afeta a saúde, sustento, segurança e qualidade de vida, particularmente das mulheres e meninas.

As mulheres pobres, de grupos minoritários e setores vulneráveis sofrem os maiores impactos da escassez hídrica (BRASIL, 2014). Isso gera desigualdade até entre as próprias mulheres. Nesse sentido, “há relações de poder no interior de cada gênero: de mulheres sobre mulheres, de homens sobre homens” (SILVEIRA, 2012, p. 06).

Não apenas a mulher do semiárido possui estreita relação com a água. Em todos os lares, as atividades domésticas são necessárias, e na maioria deles, ainda continua sendo competência das mulheres (SOARES, 2009). O acesso à água reorganiza as relações familiares, garante a segurança alimentar e libera as mulheres e crianças para outras atividades.

Vários autores defendem a necessidade da expansão da participação das mulheres para além da esfera doméstica na gestão da água (REDDY *et al.*, 2011; SHONSEY *et al.*, 2012; SIMIYU *et al.*, 2016). Nesse sentido, é necessário analisar as causas da pouca participação delas, com a finalidade de que sejam implementadas políticas públicas adequadas para incentivar e incrementar essa participação.



RELISE

76

METODOLOGIA

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) foi instituído pela Lei nº 9.433/97 e é o conjunto de órgãos e colegiados que concebe e implementa a Política Nacional das Águas e tem como papel fazer a gestão dos usos da água de forma democrática e participativa. Além disso, o Sistema tem como objetivos principais: coordenar a gestão integrada das águas; arbitrar administrativamente os conflitos relacionados aos recursos hídricos; planejar, regular e controlar o uso, bem como a recuperação dos corpos d'água; promover a cobrança pelo uso da água (ANA, 2020).

O SINGREH é composto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), pela Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SRQA), pela Agência Nacional de Águas, pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH), pelos Órgãos gestores de recursos hídricos estaduais (Entidades Estaduais), pelos Comitês de Bacia Hidrográfica e pelas Agências de Água (ANA, 2020).

Nesse trabalho, foram avaliadas a participação das mulheres na Agência Nacional de Águas, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH) e Comitês de Bacia Hidrográfica. É importante avaliar a participação das mulheres nesses órgãos pois permite, também, avaliar se eles estão cumprindo o seu papel de fazer a gestão dos usos da água de forma democrática e participativa.

Essa pesquisa pode ser classificada como descritiva e explicativa, tendo em vista que ela não visa à construção de um marco teórico novo. A pesquisa descritiva aborda aspectos como: investigação, registro, descrição, análise e interpretação de fenômenos. A explicativa busca identificar os fatores que contribuem ou determinam para a ocorrência de fenômenos (GIL, 2009).



RELISE

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, primeiramente foi realizada a revisão de literatura. Os textos foram escolhidos através dos descritores: participação; mulheres e gestão de recursos hídricos e foram retirados das bases de dados Scielo, Google Scholar, Pubmed, livros e legislações nacionais. Após, foram levantadas informações e estatísticas em sites, relatórios e publicações dos comitês de bacias hidrográficas do Brasil (CBH), Agência Nacional de Águas (ANA) e Órgãos Gestores Estaduais, referente à sua composição de acordo com o sexo. Esses dados foram analisados de acordo com a literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO DA ÁGUA NO BRASIL

Agência Nacional de águas (ANA)

A Agência Nacional de águas (ANA) tem uma parcela significativa de responsabilidade nas decisões sobre as águas, principalmente as que afetam a alocação da água para atendimento aos seus usos múltiplos, cujos conflitos vêm aumentando, principalmente em situações de escassez (ANA, 2018).

A agência vem demonstrando sua preocupação com a participação feminina na gestão. Em 2016, instituiu o Comitê Pró-Equidade de Gênero (CPEG) que tem “o objetivo de ampliar e promover a efetivação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero na ANA e no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), e possui caráter consultivo e propositivo no âmbito da Agência” (ANA, 2018, p. 102).

Em 2018, o Comitê organizou estratégias de atuação que levaram à realização e à participação em eventos de capacitação, articulação e divulgação que tiveram como pauta gênero e recursos hídricos no cenário



RELISE

nacional e internacional. A questão de gênero esteve em pauta, com a participação desse Comitê nos seguintes eventos: Dia Internacional da Mulher; 8º Fórum Mundial da Água; Conferência Internacional de Alto Nível sobre a Década Internacional para Ação “Água para o Desenvolvimento Sustentável”, realizada em Dushanbe, República do Tajiquistão e XX Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB) (ANA, 2018, p. 102).

Os cargos ocupados na ANA podem ser agrupados em três níveis: liderança estratégica, liderança intermediária e liderança técnica. De acordo com o Relatório de Gestão do Exercício 2018 a ANA possui 142 servidores mulheres (38%) e 236 (62%) de homens. Conforme este relatório: “Percebe-se que a ANA, no final de 2018, manteve uma distribuição de gênero nos cargos comissionados de maior remuneração (liderança estratégica e intermediária), porém nos cargos de menor remuneração (liderança técnica) ainda há uma predominância masculina (Figura 1). Contrariamente observa-se que nos cargos de diretoria há apenas uma mulher e cinco homens, e nos cargos de superintendentes apenas homens. O relatório também afirma que em 2018, houve um aumento da proporção de mulheres ocupando cargos comissionados na Agência” (ANA, 2018, p. 102).

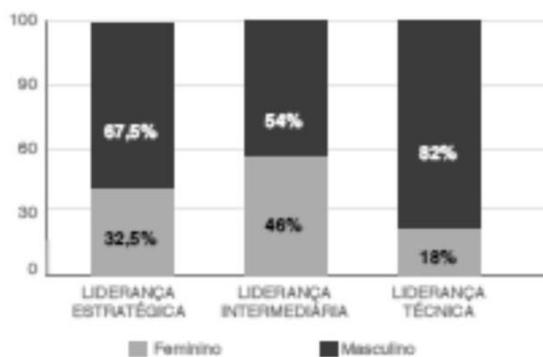
De acordo com os dados observados conclui-se que há uma preocupação e a consciência da importância da participação das mulheres na Agência Nacional de Águas. Apesar dessa consciência, na prática, a presença de mulheres ainda é menor relacionada com a presença de homens nos cargos da agência. Porém, é possível observar que estão sendo tomadas medidas para diminuir essa desigualdade.



RELISE

79

Figura 1- A ocupação dos cargos por gênero na ANA no ano de 2018



FONTE: Relatório de Gestão do Exercício 2018, (ANA, 2018).

Órgãos gestores estaduais

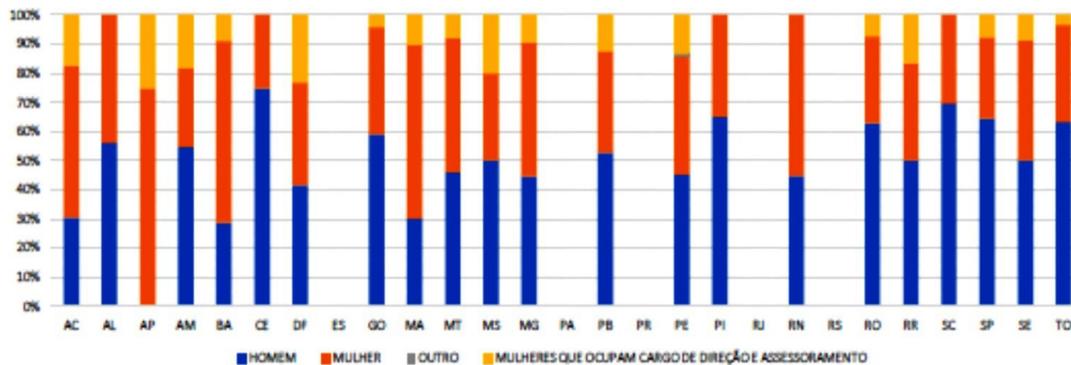
Os órgãos gestores estaduais são órgãos específicos com a função de realizar a gestão da água. Eles são responsáveis por autorizar o uso dos recursos hídricos de domínio dos Estados e fiscalizar os usos da água. Além disso, realizam o planejamento e promovem ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade das águas. Eles são estruturados de diversas maneiras, tais como entidades autônomas (ex. agência ou autarquia) e, em sua maioria, como administrações diretas dos Estados (ex. secretarias específicas ou órgãos dessas secretarias).

Em 2019, o Comitê Pró-Equidade de Gênero divulgou uma pesquisa onde foi realizada uma coleta informativa voluntária não padronizada onde se buscou identificar as composições por gênero do quadro de pessoal (Figura 2) e dos quadros de secretários e dirigentes dos órgãos gestores estaduais.



RELISE

Figura 2- Pessoal de órgãos gestores estaduais - Gêneros por Estado (%) -2019



FONTE: Apresentação da “Palestra Gênero no SINGREH”, Comitê Pró-Equidade de Gênero, ANA, 2019.

Na pesquisa realizada pelo Comitê Pró-Equidade de Gênero é possível identificar uma grande participação de mulheres nos órgãos gestores estaduais em 2019, sendo possível observar até uma maioria na presença de mulheres ocupando esses cargos nos estados de Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Porém, foi observado que apesar de haver até uma maior proporção de mulheres assumindo cargos em alguns estados, quando se trata de cargos de decisão como de secretários e dirigentes a grande maioria é composta por homens, sendo 75% homens, contra uma porcentagem de 25% de mulheres. Assim, faz se necessárias medidas que possibilitem que as mulheres ocupem também esses cargos de forma mais efetiva.

Comitês de bacias hidrográficas

Os Comitês de Bacia Hidrográficas são grupos que realizam a gestão da água compostos por representantes dos três níveis do poder público (federal – quando bacia envolve mais de um Estado ou outro país, estadual e municipal), usuários da água e sociedade civil. O objetivo dos comitês é avaliar os interesses sobre os usos das águas das bacias hidrográficas, por meio de



RELISE

81

negociações e discussões democráticas. Os comitês possuem poder de decisão e cumprem papel fundamental na elaboração das políticas para gestão das bacias.

Consultas foram realizadas nos sites de todos os comitês de bacias hidrográficas estaduais e federais do Brasil, nos anos de 2018 e 2019. Avaliou-se a composição por sexo dos cargos mais altos dos comitês de bacias: presidente, vice-presidente, secretário e secretário adjunto. (Tabela 1)

Na região nordeste foram analisados apenas os 10 principais comitês de bacias hidrográficas, já que a maioria dos comitês apresentavam dados desatualizados e omissos. No nordeste a presença masculina, também, se destacou, sendo que apenas em dois comitês foi observada uma maior presença feminina nos cargos de diretoria no ano de 2018.

Tabela 1 - Composição percentual por sexo nos cargos gerenciais dos Comitês de Bacia Hidrográficas Brasileiros, 2018-2019

ANOS	2018		2019	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Regiões Brasileiras				
Centro-oeste	32	63	32	57
Nordeste	28	69	32	68
Norte	26	74	26	74
Sudeste	25	74	20	80
Sul	24	72	37	63

Fonte: Trabalho da disciplina de mestrado Gênero e Água – 2018-19.

Os dados médios foram calculados baseados na pesquisa nos sítios dos Comitês. No centro oeste foi identificado que 5% dos cargos estavam vagos, e em três CBHs, os dados estavam desatualizados ou sem dados: CBH dos Afluentes Goianos do Alto Araguaia, CBH do Rio das Almas e Afluentes Goianos do Rio Maranhão, CBH Médio Tocantins.



RELISE

82

Na região norte os dados não foram atualizados no ano 2019, constando os mesmos dados já especificados referentes ao ano de 2018. No sudeste foram identificados 3 cargos vagos e uma diminuição na presença de mulheres assumindo cargos na diretoria em comparação com os dados da pesquisa realizada em 2018.

Por fim, na região nordeste havia (3%) de cargos vagos na data da pesquisa. Porém, 14 CBHs da região estavam sem dados ou com dados desatualizados: CBH da Região Metropolitana de Fortaleza, CBH do Rio Manuel Alves da Natividade, CBH do Rio Formoso do Araguaia, CBH do Entorno do Lago de Palmas, CBH dos Rios Lontra e Corda, CBH dos Rios Santo Antônio e Santa Tereza, CBH do Rio Palma, CBH do Rio Munim, CBH do Rio Mearim, CBH dos Rios Canindé e Piauí, CBH do Rio Gurgueia, CBH do Rio Sergipe, CBH do Rio Piauí, CBH do Rio Japaratuba.

Concluiu-se que a presença masculina foi maioria nesses cargos em todas as regiões brasileiras nos dois anos, o que fomenta a necessidade de políticas públicas que incentivem a participação das mulheres nesses locais.

Em uma reportagem da Agencia Brasil em 08 de março de 2018, as jornalistas Adriana Franzin, Fabíola Sinimbu e Priscila Ferreira trouxeram uma análise sobre as mulheres que lutam por gestão da água no país, e afirmam que “Um dos grandes desafios para aumentar a participação feminina na gestão dos recursos hídricos é a ausência de dados sobre a relação água e gênero”. E segundo a pesquisadora Daniela Nogueira: “Estamos trabalhando na solicitação de bases de dados ao governo e ao IBGE. Esses dados em relação à água, por exemplo, são mais específicos”. Conforme Eldis Camargo Santos, assessora da ANA, a Agência reguladora vem trabalhando no Projeto Legado criado em dezembro de 2017 com o objetivo de levantar propostas de melhorias na gestão de recursos hídricos, dando ênfase ao papel da mulher,



RELISE

buscando adicionar os Princípios de Dublin à Lei 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos hídricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das mulheres nos cargos diretivos dos órgãos gestores das águas ainda é tímida. Nas instâncias colegiadas estudadas observou-se que as mulheres estão presentes nesses locais, mas poucas ocupam cargos decisórios. Vários motivos podem justificar essa baixa participação, como questões sociais, que englobam a dupla jornada que muitas mulheres enfrentam, questões territoriais e culturais. Apesar dessa baixa participação em cargos diretivos e nas tomadas de decisões, elas são as principais responsáveis por gerir a água nas residências e estão presentes nas instituições dos recursos hídricos. Ademais, são muito afetadas com a má gestão e a escassez hídrica.

Assim, as mulheres precisam ser incentivadas a participarem e precisam ter a chance de ocupar altos cargos diretivos, é necessário um processo de empoderamento que estabeleça esse incentivo para que elas estejam mais ativas. Um caminho seria a inclusão do tema água e gênero nas pautas das instituições, organizações, órgãos ambientais, sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, comitês de bacias, para que as pessoas atuantes na gestão tenham uma maior consciência dessas questões e possam iniciar um processo de mudança. Ou a inserção de disciplinas com a temática de gênero nas chamadas “carreiras masculinas”, como por exemplo, nas engenharias.



RELISE

REFERÊNCIAS

ABERS, R. Pensando politicamente a gestão da água. In: Abers, R.N. (org.). **Água e política – atores, instituições e poder nos organismos colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil**. São Paulo: Annablume. 2010.

AGUIRRE, S. M. V; PRADO, R. B.; MILÁN, P. M.; RIBBE, L. Avaliação da governança da água em bacias hidrográficas do Rio de Janeiro como suporte ao gerenciamento dos recursos hídricos. In: **Embrapa Solos-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: Simpósio Brasileiro De Recursos Hídricos, Bento Gonçalves, RS. Anais... Bento Gonçalves, RS: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2013.

AMMANN, S. B. **Participação social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

ANA – Agência Nacional das águas, 2018. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2018**. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/portal/publicacao/Conjuntura2018.pdf>. Acesso em 08 janeiro 2020.

ANA – Agência Nacional das águas, 2018. **Relatório de Gestão 2018**. Disponível em: https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-aud/relatorio-de-gestao/relatorio_ana_2018_v-enviada_tcu_compressed.pdf. Acesso em 08 janeiro 2020.

ANA – Agência Nacional das águas, 2019. **Apresentação da “Palestra Gênero no SINGREH”**, Comitê Pró-Equidade de Gênero, ANA, 2019.

ANA – Agência Nacional das águas, 2020. **Política Nacional de Recursos Hídricos**. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/gestao-da-agua/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos>. Acesso em 08 janeiro 2020.

BARBOSA, M. B. A promoção do acesso à água como direito humano: formulação de políticas de respeito, proteção e cumprimento deste direito. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 6, n. 11, p. 20- 64, 2013.

BRANCO, A. **Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre**. Recife, EDUFPB, 2000.



RELISE

BRASIL. Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, 1997.

BRASIL. PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2014. **Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência**. Brasília-DF, 2014.

BREWSTER, M. M.; HERRMANN, T. M.; BLEISCH, B.; PEARL, R. **A Gender Perspective on Water Resources and Sanitation**. Wagadu, Vol. 3, Spring, 2006.

BROWN, C.; NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. The human right to water and sanitation: a new perspective for public policies. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21 (3) :661-670, 2016.

CAMPOS, A. **A água, gênero e desenvolvimento**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2202>. Acessado em: 02 de junho de 2018.

CASTRO, C. V.; SALOMÃO, Fausy Vieira. **A participação democrática na gestão dos recursos hídricos como garantia da efetividade do direito humano à água potável**. 2018. Disponível em: <http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2018/2/2018_02_0301_0327.pdf>. Acesso em: 02 de jun. de 2018.

CORDEIRO, R. de L. M. et al. Mulheres rurais e as lutas pela água na América Latina. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 495-514, 2016.

CORREIA, M. V. **Controle Social na Saúde**. In: MOTA, Ana Elisabete; BRAVO, Maria Inês Souza; et ali (Orgs.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2006. Disponível em: <http://www.servicosocialesaude.xpg.com.br/texto1-6.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DICTORO, V. P.; HANAI, F. Y. Contribuições para a conservação da água: pesquisa com membros de Comitês de Bacias Hidrográficas. **Caderno de Geografia**, vol. 27, n. 49, 2017



RELISE

86

FISCHER I. **A relação de gênero na política de recursos hídricos**. 2008. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/pesquisas-concluidas/2000-2009/217-a-relacao-de-genero-na-politica-de-recursos-hidricosizaura-fischer>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

FISCHER, I. R. **Gestão de recursos hídricos: facetas da participação e representação das mulheres**. 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496180859_A_RQUIVO_Eartigofazen_dogenero2017.pdf>. Acessado em: 02 de junho de 2018.

FORTUNA, D.; GRIGORI, P. **Fórum mundial de água debate desigualdade de gênero na gestão de recursos hídricos**. 2018. Disponível em: http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/forummundialdaagua/2018/03/18/interna_forum_mundial_agua,666861/forum-mundial-da-agua-destaca-debate-sobre-desigualdade-de-genero-dent.shtml. Acesso em: 28 mar. 2018.

FRANZIN, A., SINIMBÚ, F., FERREIRA, P., **Agencia Brasil**. Mulheres que lutam por espaço na gestão da água no país. Publicado em 08/03/2018 – 05:48- Repórteres da EBC. Brasília. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/mulheres-brigam-por-espa%C3%A7o-na-gest%C3%A3o-da-%C3%A1gua-no-pa%C3%ADs>. Acessado em 24 de fev. de 2020.

GALINDO, W. C. M. **Intervenção rural e autonomia: A experiência da articulação no semi- - árido/ASA em Pernambuco**. Recife, PE: Editora da Universidade Federal de Pernambuco. 2008

GARCIA, L. Água em três movimentos: sobre mitos, imaginário e o papel da mulher no manejo das águas. **Gaia Scientia**, v. 1, n. 1, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 2.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009, 200p.

GONÇALVES, M. do S. **Experiência de gestão participativa no enquadramento de corpos d'água no semi-árido**. Caso de estudo: Rio Salitre–Bahia. 2016.

GUARDA, VLM. Notas da Disciplina Gênero e Água. Mestrado em Sustentabilidade, UFOP, 2019.



RELISE

87

HIRVE, S.; PALLAVI, L.; SUNDARAM, N.; et al. Psychosocial stress associated with sanitation practices: Experiences of women in a rural community in India. **Journal of Water, Sanitation and Hygiene for Development**, p.115-126. 2015.

HORA, K. E. R.; SCALIZE, P. S.; FURTADO, C. A.; FERNANDES, L. J. M. Gênero e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Saneamento: aproximações da realidade cabo-verdiana e brasileira. **Monografias Ambientais**, v. 14, n. 1, p. 166-175, 2015.

HULLAND, K. R. S.; CHASE, R. P.; CARUSO, B. A.; SWAIN, R.; BISWAL, B.; SAHOO, K. C.; et al. **Sanitation, Stress, and Life Stage: A Systematic Data Collection Study among Women in Odisha, India**. PLoS ONE. 2015.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katálysis**, v. 8, n. 1, 2005.

MADRUGA, L. R. da R. G.; SILVA, T. N. Aprendizagem Social, Motivação e Comprometimento em um Comitê de Bacia Hidrográfica 10.5773/rgsa. v3i3. 174. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 3, p. 20-37, 2009.

MALVEZZI, R.; NEVES R. S.; MEDEIROS, C. D. A.; SILVEIRA, S. M. B., MORAIS, C. M. M., CORDEIRO, R. D. L. M; RIBEIRO, E. **Água nos agroecossistemas: aproveitando todas as gotas**, 2010. AGRICULTURAS: EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA. Rio de Janeiro, v.7, n.3, out. 2010

MEIER, M. A.; BASSO, L. A. **A representação do comitê de bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas/RS/Brasil: Composição e o perfil dos representantes**. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/12/383.pdf>>. Acessado em: 02 de junho de 2018.

MELO, L. A. de. **Relações de gênero na convivência com o semiárido brasileiro: a água para o consumo doméstico**. 2005. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/geral/nesa/textos/genero_convivencia.pdf> Acesso em: 15 fev. 2019.

NARCISO, V. M., & HENRIQUES, P. D. D. S. **As mulheres e a terra, uma leitura da situação em Timor-Leste**. 2010. Disponível em:



RELISE

88

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/5428>. Acesso em: 02 de jun. de 2018.

ONU BR. **UNICEF: mulheres e meninas do mundo gastam 200 milhões de horas por dia coletando água.** 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unicef-mulheres-e-meninas-do-mundo-gastam-200-milhoes-de-horas-por-dia-coletando-agua/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

ORRICO, S. R. M. **Sistema associativo de saneamento e seus efeitos sobre a população em comunidades do semi-árido baiano.** 2003. Tese - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2003.

RAZZOLINI, M. T. P.; GUNTHER, W. M. R. Impactos na saúde das deficiências de acesso a água. **Saúde soc. [online].** 2008, vol.17, n.1, pp. 21-32. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n1/03.pdf>>. Acesso em 22 Out. 2018.

REDDY, B.; SNEHALATHA, M. Sanitation and Personal Hygiene: What Does It Mean to Poor and Vulnerable Women? *Indian Journal of Gender Studies*. Vol. 18, Nº3, p. 381-404. 2011.

RIBEIRO, W. C. **Geografia Política da Água.** São Paulo: Annablume, 2008.
ROSENFELD, D. L. **O que é democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 02, p. 437-443, mai/ago 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a10v15n2.pdf> / Acesso em: 13 fev. 19.

SENRA, J. B. **Água para todos:** avaliação qualitativa do processo de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. 152 f. Dissertação (mestrado). Programa De Pós-Graduação Em Saneamento, Meio Ambiente E Recursos Hídricos – Universidade Federal De Minas Gerais, Minas Gerais, 2014.

SHONSEY, C., GIERKE, J., Quantifying available water supply in rural Mali based on data collected by and from women, **Journal of Cleaner Production.** 2012.



RELISE

89

SILVA, B. B. **As relações de gênero e o saneamento**: Um estudo de caso envolvendo três comunidades rurais brasileiras. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2017.

SILVEIRA, R. M. G. Diversidade de gênero mulheres. **Direitos Humanos**, 2012. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_rosa1_diversidade_genero.pdf. Acesso em: 12 fev. 19

SIMIYU, S. Determinants of usage of communal sanitation facilities in informal settlements of Kisumu, Kenya. **Environment & urbanization**. Vol 28, Nº 1, April 2016.

SOARES, D. N. (2009). **Gênero e água — desenhos do norte, alternativas do sul: análise da experiência do semiárido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático**. (Tese de doutorado) Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/8055/3/2009_DanielaNogueiraSoares.pdf> Acesso em: 28 mar. 2018.

STEVENSON, E.G.J.; GREENE, L. E.; KENNETH C. M.; AMBELU, A.; TESFAYE, Y. A.; RHEINGANS, R.; HADLEY, C. **Water insecurity in 3 dimensions**: An anthropological perspective on water and women's psychosocial distress in Ethiopia. *Social Science & Medicine*. 2012.

WUTICH, A. **Intrahousehold Disparities in Women and Men's Experiences of Water Insecurity and Emotional Distress in Urban Bolivia**. *Medical Anthropology Quarterly*, Vol. 23, Issue 4, pp. 436–454. 2009.